Do Vergel de consolação ao paraíso: atalhos de um percurso¹

Maria do Amparo Tavares Maleval - UERJ²

O Céu ou Paraíso como recompensa no Além-túmulo por uma vida virtuosa, sob os ditames da religião, é, como todos sabem, o anseio do homem cristão, e de tantas outras religiões, na *peregrinatio* existencial. Vamos tratar de três obras portuguesas da Baixa Idade Média, aproximadas desde o título, que se apresentam como adjuvantes nesse processo e como tal destinadas à edificação espiritual: *Vergel de consolação*,³ *Horto do Esposo* e *Bosco deleitoso*.

Antes faz-se necessário nos reportarmos ao contexto em que tais obras foram produzidas ou traduzidas: o Portugal dos séculos XIV e XV, mais precisamente da época de alçamento ao poder de uma nova dinastia, a de Avis, e aos dois primeiros reinados da mesma: de D. João I, o fundador (1385-1433), e do seu filho D. Duarte (1433-1438), estendendo-se, com a morte deste e minoridade do príncipe herdeiro, pela regência do Infante D. Pedro (1438-1444). A esta dinastia iniciante não mais interessaria o cultivo da poesia, então considerada “fantasia sem proveito”. Isto aponta inclusive para o “vazio poético”, ou seja, ausência de recolhas de poesia profana, ocorrido no país de 1350 a 1450, registrando-se no período as *Laudes e cantigas espirituais*⁴ de Mestre André Dias (c.1348⁵-c.1437), monge beneditino natural de Lisboa autor de muitas obras clericais e muito viajado, bispo de Ajácio e Mégara, que as teria composto ou traduzido do florentino em 1435, em Florença, três anos após ter fundado em Lisboa a confraria do Bom Jesus; dedicou-as à Igreja lisboeta de S. Domingos.

No lugar da poesia, fartamente cultivada na dinastia anterior, sendo o rei D. Dinis um dos mais fecundos poetas dos Cancioneiros a exemplo de seu avô Afonso X de Leão e Castela, a

¹ Este estudo retoma, com algumas modificações, conferência intitulada “O jardim místico do medievo”, apresentada na abertura do evento “O jardim dos poetas”, realizado pelo Centro de Estudos Portugueses da UFMG em 2010, publicada na *Revista do CESP* (UFMG), Belo Horizonte, v. 30, n. 44, p. 11-33, jul.-dez. 2010.

² Professora de Literatura Portuguesa, atuando na Graduação em Letras e na Pós-Graduação em Letras - Mestrado e Doutorado. Coordenadora do Programa de Estudos Galegos.

³ As três obras foram, aliás, editadas e publicadas por primeira vez no Brasil, na década de cinquenta do século XX: **BOOSCO DELEITOSO**. Edição, introdução e glossário de Augusto Magne. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1950. V. 1: texto crítico; **ORTO DO ESPOSO**. Edição crítica de Bertil Maler. Rio de Janeiro: MEC/INL, 1956. 2v., V.1; **VIRGEU DE CONSOLAÇON**. Edição de Albino de Bem Veiga com introdução, gramática, notas e glossário. Salvador: Universidade da Bahia / Livraria do Globo, 1959.

⁴ Para o culto do Nome de Jesus, de Maria, do Menino Deus, dos santos, focalizando ainda a união mística das almas dom Deus, etc.

⁵ Segundo Mário Martins, discordando dos biógrafos que consideram como data aproximada do seu nascimento o ano de 1367. Cf.: **Laudes e cantigas espirituais de Mestre André Dias**. Escritas em 1435. Coligidas, anotadas e comentadas por Mário Martins. Lisboa: Oficinas de Ramos, Afonso & Moita (São Vicente de Fora), 1951. p. 8. Outros nomes com que ficou conhecido: André Hispano, de Escobar, de Rendufe, de Lisboa.

nova realza fomenta a produção de crônicas. Então, nomeia para cronista-mor do reino o genial Fernão Lopes em 1418; bem como traduz ou escreve tratados sobre práticas e atitudes éticas recomendadas para a nobreza, sendo os próprios reis e príncipe citados autores de vários títulos sobre o assunto: de D. João I é o *Livro da montaria*;⁶ de D. Duarte, *Ensinança de bem cavalgar toda a sela*,⁷ *Leal conselheiro*⁸ e *Livro dos conselhos*; de D. Pedro, *Virtuosa benfeitoria*.⁹ Registre-se, ainda, outras obras também doutrinárias, como *Corte imperial*,¹⁰ as crônicas de Fernão Lopes, a *Coronica do Condestabre*¹¹ e a *Crônica do Infante Santo D. Fernando*,¹² bem como a tradução portuguesa da *Crônica da Ordem dos Frades Menores*.¹³

Portanto, as obras do período têm uma finalidade explicitamente utilitária, servindo à ideologia da corte avinicense, fortemente respaldada nos ensinamentos e na retórica da Igreja cristã, notadamente do franciscanismo. Nem podemos nos esquecer que o clero menor prestou decisivo apoio ao mestre de Avis durante a revolução de 1383-1385. E que, quando este se tornou rei, teve por confessor um franciscano, Frei Alfonso d'Alprão – aliás autor de uma *Ars praedicandi*.

Inclusive, essa presença do franciscanismo é fortemente acentuada por Fernão Lopes na *Crônica da Revolução* – a de D. João I, primeira parte, na qual não apenas apresenta os frades em atividades religiosas, que com seus sermões referendam o providencialismo da vitória do Mestre sobre o rei de Castela ou lhe vaticinam a vitória (como foi o caso do eremita frei João da Barroca), mas também os apresenta lutando. E termina por referendar o pensamento dos franciscanos rigoristas ou espirituais, que abraçaram os ensinamentos de Joaquim de Fiore (ca. 1135-1202) relativos à nova Idade do Espírito Santo, era de paz e de equanimidade.

⁶ Na esteira da tradição do *Livro de alveitaria* de Mestre Giraldo, físico de D. Dinis, do *Livro da cetraria* e do *Livro da falcoaria* de Pero Menino, vassalo de D. Fernando.

⁷ D. Duarte faz a apologia dos exercícios físicos e da rígida disciplina por eles exigida como meios de refreamento dos instintos e de desenvolvimento da coragem máscula. Contrapõe-se, desse modo, às “cortesias”, às “gentilezas”, às falas e modos femininos e ao comodismo ao qual tendia a nobreza, visando o combate ao relaxamento dos costumes que no seu entender daí adviria.

⁸ Nesta obra D. Duarte aprofunda a sua preocupação com moralizar os fidalgos, fornecendo-lhes normas e paradigmas de comportamento, objetivando, em última instância, levá-los ao cultivo das virtudes, ao combate do pecado em suas várias formas. De caráter subjetivo, a obra dá mostras da sutileza introspectiva do autor, ao refletir sobre a depressão de que foi vítima, ou à tristeza e à saudade, quando é levado inclusive a perquirições de cunho semântico.

⁹ Visivelmente pautado no *Regimine principum* de Egídio Romano (Frei Gil de Roma) e no *De beneficiis* de Sêneca, que por vezes se limita a parafrasear, conheceu duas redações: de 1418 e 1433, esta sob a influência de Frei João da Verba, confessor do Infante. Busca de modo objetivo e racional revitalizar a ideologia e a ética cavaleirescas então declinante.

¹⁰ Que propugna a teologia da Igreja e, na esteira de Raimundo Lúlio, sua principal fonte, a conversão pacífica dos variados povos não-cristãos que habitavam a península Ibérica ou a África, à qual Portugal estendera seus domínios desde a tomada de Ceuta em 1415.

¹¹ Escrita provavelmente entre 1431 e 1453.

¹² Da autoria de frei João Álvares, confessor do Infante, a quem acompanhou no cativo africano.

¹³ Escrita em latim no século XIII, foi traduzida para o português em fins do século XIV.

Não nos deteremos nesta questão, remetendo os interessados para as conclusões a que chegou Luís de Sousa Rebelo, em *A concepção do poder em Fernão Lopes* (1983), sobre a Sétima Idade, alegoria utilizada pelo cronista na linha do joaquimismo para representar os tempos do Mestre de Avis – de agitação social sem precedentes em Portugal, no qual sequer os jazigos foram respeitados, sendo corpos desenterrados pela plebe portuense enfurecida e enterrados na Sé, em lugar antes reservado aos altos estamentos, num evidente anseio de igualdade. Neste caos, o mestre se apresenta como carismático salvador, inaugurando um novo tempo, no qual ironicamente o cronista, “como quem jogueta”, se refere aos que se afdalgaram e enriqueceram. E, em outra alegoria, a do “Evangelho português”, o Mestre assume o lugar de Jesus Cristo, fundando sua “igreja” sobre Nuno Álvares Pereira, o novo Pedro, e superior a este em lealdade, no qual se corporifica o ideal de cavaleiro cristão sonhado por Raimundo Lúlio no *Livro da Ordem de Cavalaria*.

Feita essa breve contextualização, passemos às obras que nos ocupam, ligadas já pelos títulos, através dos sinônimos “vergel”, “horto” e “bosque”. Recorrentes na literatura e na arte medieval, com suas flores, frutos, fontes e ervas medicinais, são nas obras escolhidas não o *locus amoenus* de prazeres materiais dos poetas, mas atalhos para o Paraíso: propagandas de como merecê-lo e consolo neste mundo de privações.

Destinadas, pois, à edificação espiritual, o fato de terem sido escritas não em latim, mas em português, tornou-as mais acessíveis à compreensão de um maior número de receptores. Inserem-se, pois, no processo de democratização da Igreja, que se vinha operando para fazer frente às heresias. Neste sentido, também a utilização de exemplos na prédica e na literatura moralizadora, aliás profusamente abundantes no *Horto do Esposo*, representa(ou) um eficaz meio de vulgarização dos ensinamentos, ligando-se, por isso, à renovação das estratégias de pregação promovidas pelas Ordens Mendicantes.

Vergel de consolação

Vergel de consolação, manuscrito em português medieval, encontra-se no códice alcobacense CCXLIV/211, arquivado na BNL, ocupando-lhe as páginas 8-73. Segundo Mário

Martins,¹⁴ é a “versão medievo-portuguesa do *Vergel de Consolación*, atribuído a frei Jacobo de Benavente, frade dominicano do século XIV” – o que não resolve de todo a questão da autoria,¹⁵ mas nos permite situá-lo cronologicamente, dado que as duas obras mais se aproximam que se afastam.

No Prólogo, que antecede a uma espécie de sumário da obra, temos a explicação do título:

...porque en esta obra acharõ geeral avondança de auctoridades de sanctos, e d’alguu[n]s sabedores, que daram odor de gram prazer, assi como flores ajuntadas de desvayradas maneyras e de desvayrados lugares.

E portanto esta obra he chamada *Virgeu de Plazer e de Consolaçom*, porque bem assi como no virgeu son achadas flores e fructos de desvayradas maneyras, assy en esta obra son achadas muitas e desvayradas auctoridades, que dam prazer maravilhosamente ao coraçom daquel que as cõ vootande leer ou ouvir.¹⁶

Portanto, os ensinamentos e exemplos dos sábios e santos representam as flores e frutos desse jardim, constituído pela obra, destinada ao consolo e ensinamento do cristão no sofrido e precário mundo terreno.

Divide-se em cinco partes e 78 capítulos, tratando as duas primeiras dos pecados a serem evitados e as três últimas das virtudes a serem praticadas para o alcance do Paraíso celestial. A primeira parte fala dos pecados capitais – soberba, inveja, sanha, acídia (negligência e preguiça), avareza, gula (gargantuice e bevedice), luxúria. A segunda, após inicial definição de pecado, arrola pecados como a descrença, a arrogância, a ambição, a ingratidão, a hipocrisia, a falsidade, a vanglória, o mau juízo, a maledicência, a discussão insana, a bajulação, a tagarelice, a mentira, a malquerença, a demonolatria, a sedução, a heresia, etc. E as demais partes tratam das virtudes teologais (fé, esperança e caridade) e cardiais (sabedoria, fortaleza, temperança, justiça), bem como das atitudes e ações virtuosas recomendadas¹⁷ além de conceituações e reflexões sobre alguns tipos de sacerdotes¹⁸ e condições do homem, Juízo Final, penas infernais, culminado com o “louvor dos santos que estão no paraíso, e do galardão que hão de haver.”¹⁹

¹⁴ MARTINS. *Laudes e cantigas.... Op. Cit.*, p. 69.

¹⁵ VEIGA. *Op. Cit.*, p. XI.

¹⁶ VIRGEU DE CONSOLAÇON. *Op. Cit.*, p. 3.

¹⁷ A terceira fala das seguintes virtudes: fé, esperança, caridade, sabedoria, fortaleza, temperança, justiça. A quarta, de atitudes e ações virtuosas, como: humildade, paciência, temor de Deus, amor a Deus, amor ao próximo, compaixão, discernimento sobre o que deve ser repreendido e castigado, caridade, jejum, discrição, compunção ou contrição. A quinta, de outras práticas religiosas, destinadas à salvação da alma, como: confissão, penitência, conhecimento dos livros sagrados, oração, contemplação, louvor a Deus, perseverança, pobreza, obediência, castidade, virgindade, afastamento das mulheres, honestidade, vergonha, culto mariano, amizade, grandeza, juízos destemidos, louvor da religião.

¹⁸ Prelados, clérigos pregadores, predestinados...

¹⁹ VIRGEU DE CONSOLAÇON. *Op. Cit.*, p. 6; modernizamos a grafia.

Sobre o Paraíso, no capítulo final da obra considera o narrador, respaldando-se em São Gregório, ser impossível falar e compreender de forma completa as suas beatitudes. E evoca autoridades que buscaram descrevê-lo, apesar de reconhecerem a impossibilidade de fazê-lo a contento, como Santo Agostinho, para quem

ali he sempre dia em que non ha nocte, e comprimento de gloria verdadeyra, fartura perduravil; aly nõ há termo d'alegria, ne[m] falecimento de claridade, ne[m] avondança de nojo, mais gloriosa e verdadeyra fartura, e muy sancto ajuntamento, e desejado comer, hu nu[n]ca pode seer ne[n]huu[m] pesar, ne[m] mjngua ne[m] nojo, mas muy doce morada do sancto parayso...²⁰

A isto se segue a exortação: “E porende, jrmãaos, trabalhemos muyto pera hyr a aquel logar tan seguro, e logar muy doce...”.²¹ Isto justifica a escrita do livro, na verdade um manual, apoiado em autoridades, para o combate dos pecados ou vícios que afastam da salvação e recomendação das virtudes que devem guiar os passos dos que almejam o Paraíso.

Horto do Esposo

Horto do Esposo é obra que procede igualmente do Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça, na transição do século XIV para o século XV, também arquivados os seus manuscritos, em número de dois, na BNL; e outros fragmentos, na TT. Trata-se, ao que tudo indica, de obra anônima escrita à época da Revolução portuguesa de 1383-1385, à qual faz referência, ou à época do seu cronista, Fernão Lopes.

Manual de doutrinação religiosa, apresenta tendências vincadamente ascetas, em que as reflexões moralizantes aparecem via de regra ilustradas por numerosos *exempla*.²² Estes, certamente que muito contribuía para a persuasão dos leitores-ouvintes, para a compreensão,

²⁰ VIRGEU DE CONSOLAÇON. p. 124. Dada a dificuldade de colocação do til sobre as vogais e e u, optamos por, diferentemente da edição utilizada, usar m ou n entre colchetes, como índices de nasalidade.

²¹ VIRGEU DE CONSOLAÇON. p. 124.

²² Como observa o historiador Jacques Le Goff, o *exemplum* medieval consistia numa história "breve, fácil de ser lembrada", "um pequeno talismã que, se for bem compreendido e utilizado, deve trazer a salvação", fazendo-se desta forma "a chave para o Paraíso". Portanto, a *brevitas*, aliada a outros recursos impressivos, como a visualização (à qual reagia mais que a tudo o homem medieval), permitida pelas cenas evocadas, propiciariam a memorização da historieta e da lição edificante por ela veiculada. E a citação de *autorictas*, sobretudo de autores e personagens eméritos do mundo greco-romano e judaico-cristão, davam força de verdade incontestável às ideias que se desejava fazer aceitas. A arte doutrinária constituía, dessa forma, um processo claramente intertextual, situando-se numa perspectiva historicizante, nestes seus constantes apelos à tradição, sacra e profana - aqui se incluindo a contribuição folclórica e, muitas vezes através desta, oriental.

aceitação e assimilação das abstrações apresentadas, muitas das quais acerca do gênero feminino, respaldadas em autoridades da história bíblica e greco-romana profundamente misóginas.

Dividida em quatro partes ou livros, já no Prólogo do Livro I, apresenta-se o objetivo da obra, dedicada ao culto do Nome de Jesus – “aa honra e louvor de nosso Senhor Jhesu Christo, flor mui preciosa e fruto mui doce de todas as almas”.²³ O autor aí se refere aos receptores – os simples – para os quais foi composta, com o fito de proporcionar-lhes ao mesmo tempo prazer e proveito espiritual: “pera proveito e spiritual dilectação de todos os simples, fiees de Jhesu Christo”.²⁴ Procede o anônimo autor também à explicação das metáforas do título, a começar por *Esposo* – “Jhesu Christo, que é esposo de toda fiel alma”²⁵ –, e, em seguida, para o primeiro termo, *Horto*:

assi como em no orto ha hervas e arvores e frutos e flores e especias de muitas maneiras pera delectação e mantimento e meezinha dos corpos, bem assi em este livro som conteudas muitas cousas pera mantimento e deleitação e meezinha e consolação das almas [dos homees] de qualquer condição.²⁶

Reafirma-se, portanto, a sua finalidade de deleitação e proveito espiritual, proporcionando ao mesmo tempo mantimento e remédio para as almas.²⁷

Após a descrição do Paraíso terrestre, interdito aos espíritos malignos e à geração humana em decorrência do pecado de Adão e Eva, os demais treze capítulos que compõem o livro desenvolvem a comparação entre os elementos do Paraíso e das Escrituras: enxertos, plantas, espécies aromáticas, flores, árvores, frutos, orvalhos, ervas, ventos, cânticos das aves, rios, muro e guardadores. Por exemplo, as plantas da Santa Escritura são duas: “a planta da igreja militante”, isto é, a reunião dos fiéis na presente vida, e a da “igreja triunfante” – os santos na glória celestial;²⁸ as espécies aromáticas são “o encenço da devaçam e a mirra da mortificaçam da

²³ **HORTO DO ESPOSO.** Edição crítica de Irene Freire Nunes com a colaboração de Margarida Santos Alpalhão, Paulo Alexandre Pereira e Joaquim Segura. Estudos introdutórios de Ana Paiva Morais e Paulo Alexandre Pereira. Coordenação de Helder Godinho. Lisboa: Edições Colibri, 2007. p. 3.

²⁴ *Idem.*

²⁵ *Ibidem*, p. 5.

²⁶ *Ibidem*, p. 5.

²⁷ No capítulo segundo, o seu Prólogo se refere à semelhança da Santa Escritura com o horto do “Paraíso terreal”, pois como este “ela é mui frescosamente apostada com maravilhosos enxertos, e mui graciosamente afeitada com mui graciosas plantas, e é aprovada mui compridamente com especias de mui bom odor, e com flores mui resplandecentes é mui deleitosamente cheirada, e com fructos mui delicados é mui avondosamente deleitosa, e com mui temperados orvalhos é mui blandamente regada, e é mui saudavelmente abalada com ventos mui mansos de grande temperança, e com mui deleitosos cantares d’aves é mui docemente ressoada, e com mui limpos rios é mui abastosamente circundada, e com mui fortes sebes é mui seguramente guardada, e com rebanhos mui previstos é com grande vigília governada.” *Idem*, p. 17.

²⁸ *Ibidem*, p. 20.

carne e o cinamomom da renembrancha da morte e o balsamo da perseverança";²⁹ etc. Todas essas comparações são atestadas por exemplos, historietas curtas que facilitam o entendimento da lição.

A obra é dedicada, de forma particular, ao comprazimento e deleitação de uma certa "irmã", na sua velhice. Não se trata, pois, de um livro que da sua recepção exclua as "filhas de Eva", mas que, pelo contrário, dirigir-se-ia a uma monja, para seu consolo. No entanto, os *exempla*, em sua maioria, se destinam a abominar o gênero feminino,³⁰ sendo poucas as santas de que trata:³¹ são as mulheres as principais ervas daninhas desse horto, o que se respalda também na voz das autoridades invocadas.

Dentre os seus ensinamentos, estabelece o louvor aos castrados e às mulheres estéreis ou insensíveis ao sexo, apresentando como preferíveis os filhos espirituais aos carnis, que podem proporcionar danos aos genitores, prendendo-os às 'vanidades' do mundo material. E aconselha, para a salvação da mulher (principalmente, mas não só), o isolamento, abraçado pela Madalena,³² o jejum, que leva à cura dos males corporais, à contemplação e à consolação espiritual – enfim, à sanidade/santidade. Ao contrário, a super-estima pelo corpo, o orgulho e a vaidade são radicalmente condenados por conduzirem à perdição.

Vale por fim destacar que, com o respaldo de autoridades da Igreja e do universo judaico-greco-romano, o *Horto do Esposo* se coloca em sintonia, de forma mais fecunda e incisiva que as demais obras em estudo, com a onda de misoginia que então se exacerbava na Europa,³³ dando origem à aterradora caça às bruxas, que se firmaria na ultrapassagem do século XIV para o século XV,³⁴ mesma época em que a obra fora escrita.

Por outro lado, fomenta o culto mariano – Maria é, desde o Prólogo, apresentada como a "rosa singular e estremada da celestial deleitação...".³⁵ Esse culto, como sabemos, se impusera desde o século XII ascencionalmente, substituindo inclusive o culto da dama pelos trovadores

²⁹ *Ibidem*, p. 21-22.

³⁰ Desenvolvemos essa questão em estudo anterior, intitulado Mulheres exemplares no *Orto do Esposo*. In: MALEVAL, Maria do Amparo Tavares. **Rastros de Eva no imaginário ibérico**. Santiago de Compostela: Laiovento, 1995. p. 63-80.

³¹ Apresenta uma infinidade de más mulheres: as endemoniadas (**ORTO DO ESPOSO**. *Op. Cit.*, p. 11) e as que solicitam intervenção do diabo para procriarem (*Idem*, p. 13); as sedutoras artistas, que, segundo o próprio diabo, "som as nossas armas e nossos laços, ca per estas cousas que trage e per seus cantares e danças fez a nos ganhar muytas almas" (*Idem*, p. 161). Mas chama-se a atenção sobretudo para as vingativas e astuciosas. No primeiro caso, está a mulher de Alexandre, que seduz Aristóteles por haver aconselhado ao marido não procurá-la amiudemente (*Ibidem*, p. 153).

Evidentemente que nas condenadas "deleitações corporais", os homens privilegiam ... a companhia das mulheres. Daí serem amaldiçoadas pelos Padres da Igreja, como Santo Ambrósio, São Jerônimo e Santo Agostinho, e por outras autoridades, da Antiguidade Greco-latina, como Pitágoras, Catão, Cícero, invocadas para sustento de tal ideologia.

³² **HORTO DO ESPOSO**. *Op. Cit.*, p. 315.

³³ Desenvolvemos o assunto em estudo anterior, examinando várias obras da literatura ibérica. Cf. nota 29.

³⁴ Disto dá prova a elaboração de manuais para a caça às bruxas, como o de autoria dos inquisidores Kremer e Sprenger, intitulado *Malleus maleficarum*. Cf. KRAMER, Heinrich & SPRENGER, James. **O martelo das feiticeiras – Malleus Maleficarum**. Trad. de Paulo Fróes. 2. ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1991.

³⁵ **HORTO DO ESPOSO**. *Op. Cit.*, p. 3.

occitanos. Acentua pois, como Afonso X em um de seus cantares marianos, que “entre Ave e Eva’ grande diferença há.

Bosco deleitoso

Bosco deleitoso foi provavelmente escrito em fins do século XIV, inícios do XV, segundo Leite de Vasconcelos a partir do exame das suas características linguísticas;³⁶ mas foi impresso em 1515, Lisboa, por Hermão Campos, e dedicado à franciscana rainha D. Leonor, viúva de D. João II e irmã de D. Manuel, que mandou imprimir o livro, “como aquela que sempre foi enclinada a toda virtude e bem-fazer, zelosa grandemente de sua salvação e de toda alma cristã”.³⁷

O seu título é explicado da seguinte forma:

Assi como o boosco é lugar apartado das gentes e áspero e êrmo, e vivem enele animálias espantosas, assi eneste livro se contem muitos falamentos da vida solitária e muitos dizeres, ásperos e de grande temor pera os pecadores duros de converter.³⁸

Portanto, o bosque não se configuraria como um *locus amoenus*. Mas, se comparado à floresta, daria melhores condições para a prática do ascetismo. Conforme observação de João David Pinto Correia:³⁹

Segundo as concepções medievais, o ‘bosque’, aliás como o ‘castelo’ e o ‘vergel’, porque espaço considerado bem delimitado, constituía o mais adequado cenário para uma realização espiritual como a que se pretendia com o aproveitamento da solitude, em contraste com a ‘floresta’ que representava não só o perigo, o roubo e a violação, como sobretudo a desordem, o desassossego e a instabilidade.⁴⁰

O próprio autor anônimo da obra reconhece o lado positivo desse espaço, de resto descrito com base em lugar comum da literatura pastoril:

Outrossi, em no boosco há muitas ervas e árvores e froles de muitas maneiras, que som vertuosas pera a saúde dos corpos e graciosas aos sentidos corporaaes. E outrossi há i

³⁶ MAGNE. *Op. Cit.*, p. II.

³⁷ **BOOSCO DELEITOSO**. *Op. Cit.*, p. 1.

³⁸ *Ibidem*, p. 1.

³⁹ CORREIA, João David Pinto. *Bosco Deleitoso*. In: LANCIANI, Giulia, TAVANI, Giusepe. **Dicionário da literatura medieval galega e portuguesa**. Lisboa: Caminho, 1993. p. 107.

⁴⁰ *Idem*.

fontes e rios de limpas e craras águas, e aves, que cantam docemente, e caças pera mantimento do corpo.⁴¹

Dessa forma, acentuam-se as dificuldades desse bosque, que não é o Paraíso celestial, mas que fornece elementos para o seu alcance. Assim como o bosque é o livro, que

contem enxemplos e falamentos e doutrinas muito proveitosas e de grande consolação e mui craras pera a saúde das almas e pera mantimento espiritual dos corações dos servos de Nosso Senhor, e pera aquêles que estam fora do caminho da celestial cidade do paraíso poderem tornar aa carreira e ao estado de salvação e poderem alcançar aquela maior perfeição, que o homem pode haver enesta presente vida, e haver o maior prazer e aquela maior dolçura e consolação espiritual, que a alma pode receber enquanto está em no corpo e, depois desta vida, haver e possuir a grória perdurável, tomando enxemplo de uu[m] homem pecador, que todo êsto encaçou em vida apartada e solitária dos negócios do mundo, segundo ele reconta de si meesmo...⁴²

A qualificação ‘deleitoso’ remete, pois, para o plano espiritual, sendo a obra “respeitante ao gozo da alma e a aspectos ascéticos e místicos próprios de quem optou pela vida solitária” .⁴³

Possui 153 capítulos e retoma *De vita solitaria* de Petrarca⁴⁴ (escrito entre 1346 e 1356), que reproduz, com pequenas falhas e interpolações, do capítulo XVI ao CXVII. Conforme observara Augusto Magne,⁴⁵ não gratuitamente entra em cena, no capítulo XVI, um novo narrador, um nobre solitário de nome D. Francisco (primeiro nome de Petrarca), que desaparece no CXVIII. Com Mário Martins,⁴⁶ pode-se concluir que a obra se caracteriza pelo “humanismo religioso, bucolismo, apologia dos livros e da vida mística”.

A narrativa em primeira pessoa apresenta o personagem-narrador como um mesquinho pecador, “desterrado do paraíso terreal das mui doces deleitações, polo pecado dos primeiros padres, e lançado em no vale da mezquindade deste mundo”.⁴⁷ Atormentado pelas trevas infernais provocadas pela vida pecaminosa, luxuriosa, que levava, buscava “amiúde andar e espaçar per uu[m] campo mui fremoso, comprido de muitas ervas e froles de boõ odor”, não conseguindo nem mesmo aí livrar-se das muito escuras trevas que o atormentavam, cercando-o “em-derredor” e “dentro”, na sua consciência”.⁴⁸ Mas acerca dali “estava uu[m] boosco mui

⁴¹ **BOOSCO DELEITOSO.** *Op. Cit.*, p. 1.

⁴² *Idem*, p. 2

⁴³ CORREIA. *Op. Cit.*, p. 107.

⁴⁴ Magne ajuiza que, no entanto, o conjunto da obra, com 153 capítulos, é “mais espiritual, menos erudito, mais poético”, “inspirando-se em ascetismo mais profundamente cristão” que o modelo “. MAGNE. *Op. Cit.*, p. v.

⁴⁵ *Idem*.

⁴⁶ MARTINS, Mário. Boosco deleitoso. In: COELHO, Jacinto do Prado (Dir.). **Dicionário de literatura.** 3 ed. Porto: 1973. 3 v. V. 3, p. 116.

⁴⁷ **BOOSCO DELEITOSO.** *Op. Cit.*, p. 3.

⁴⁸ *Ibidem*, p. 4.

espresso de árvores mui fremosas, em que criavom muitas aves, que cantavom mui docemente”.⁴⁹ Neste espaço, invocando ao Senhor, as aves lhe respondem que a Graça o libertaria. Porque as aves, como lhe explica o anjo resplandecente que então consegue visualizar, são “os santos doutores que ordenaram a santa escritura”, e eles confortam, admoestam, ameaçam, e apontam para a contrição e penitência como meio de alcance da misericórdia. Porque, diz-lhe então,

a tua alma, que é seca, vaa-se trigosamente a esta fonte, e a tua mizquindade recorra-se com todo cuidado a esta alteza da misericórdia da beenta Virgem, ca ela escança vinho de consolaçom pera os tristes e desconsolados.⁵⁰

A partir daí, o penitente, guiado pelo Anjo da Guarda, dialoga com santos, padres e doutores da Igreja, filósofos como Cícero e Sêneca e outras personagens emblemáticas em sua caminhada rumo ao ascetismo, à elevação espiritual. Inicia-se pela convivência com as virtudes alegorizadas do Horto – Justiça, Temperança, Fortaleza, Prudência, Fé, Esperança, Caridade, Misericórdia, Ciência da Sagrada Escritura –, que o admoestam veementemente pelos pecados cometidos e o exortam à purificação. Assim, a primeira parte da obra trata “do horto aprazível, em companhia das virtudes”. A segunda parte apresenta o “contraste entre a vida do morador da cidade, ocupado em negócios, e a do solitário assessegado”. Da terceira à quinta, faz-se a defesa da vida solitária, inclusive recorrendo-se a exemplos de solitários ilustres. Na sexta, são apresentados novos argumentos em defesa da vida solitária, situando-se o contrito no “boosco nevoso” da penitência. A sétima, leva-o ao “gracioso campo” da ciência divina. E a oitava, ao “alto monte”, coroado pela Morada do Senhor.

Apresenta, pois, a caminhada ascensional do pecador arrependido para a contemplação, para o cume do ‘Alto monte’, onde se encontra o Esposo – final totalmente original em relação à obra de Petrarca. E a sua alma, finalmente purificada, separa-se do corpo, sendo então recebida e coroada no Reino Celestial. Porque, como acentua o discurso atribuído a Jesus Cristo, “as flores das tuas obras apareceron ante mi e derom boõ odor de virtudes em na terra celistrial”. Daí o convite subsequente: “Levanta-te trigosamente, amiga minha, fremosa minha, poomba minha, esposa minha, e vem-te, ca eu cobiço a tua fremosura”.⁵¹

Abrimos aqui um parêntese para lembrar que tais qualificações, principalmente as duas primeiras – amiga e fremosa –, constituíram lugar-comum na lírica medieval galego-portuguesa,

⁴⁹ *Ibidem*, p. 4.

⁵⁰ *Ibidem*, p. 6.

⁵¹ *Ibidem*, p.339.

por exemplo nas cantigas de amigo, como as ‘cantigas de fonte’ de Pero Meogo.⁵² A ‘amiga fremosa’ dos trovadores é, em obras como o *Bosco deleitoso*, a ‘esposa’, também chamada de ‘poomba’; e tais denominações se referem à alma que se compara aos cervos à busca da fonte para dessedentarem-se. Confessa a alma do pecador arrependido que abraçou a vida solitária, já preparada e ansiando pela Vida eterna, que, “assi como deseja o cervo as fontes das águas, assi desejo a ti, meu Senhor Deus. Grande sede e grande desejo hei de ti, senhor Deus, fonte viva”.⁵³

Portanto, retoma-se a comparação da alma sedenta à cervo que busca a fonte para não morrer, presente no Salmo 41 (ou 42). E o Cristo, a ‘fonte de água viva’, apresenta-se como ponto de confluência no jardim místico do medievo, alcançando também as poesias profanas, como as do citado jogral galego do século XIII.⁵⁴

Considerações finais

Vimos que o jardim literário do medievo – denominado vergel, horto ou bosque –, se configura, nos exemplares de prosa doutrinária analisados, como meio de consolo, de abastecimento, de cura ou preparação, na vida terrena, para o Paraíso celestial.

Esse imaginário, aliás, explica a idealização de Nuno Álvares Pereira referendada por Fernão Lopes, que sempre se colocou como seguidor da “nua verdade” em detrimento da “afremosentada falsidade”. O fidalgo é por ele, na esteira da anônima *Coronica do Condestabre*, mostrado via de regra como um tabernáculo de virtudes, com destaque para a castidade, tendo por modelo a Galaaz. Lealdade, graadeza, justiça, prudência, temperança, coragem e/ou fortaleza no combate aos inimigos e aos sete pecados capitais fazem da representação cronística do fidalgo, que “como a estrela da manhã foi claro em sua geração”,⁵⁵ o modelo desejado pela casa de Avis para a nobreza. Mais que isto, o modelo de cristão preconizado pela Igreja, pois, não contente com ser um cavaleiro dedicado à prática constante da religiosidade, abandonou a vida mundana, com toda riqueza e prestígio conseguidos, para abraçar o ascetismo no Mosteiro de Nossa Senhora do Carmo, que aliás fora por ele construído. Alcançando, como o personagem do *Boosco*

⁵² Desenvolvemos este assunto em estudo anterior, intitulado “O jardim místico dos poetas”, apresentado no Colóquio CESP 2010 sobre “O jardim dos poetas”, realizado na UFMG, de 8 a 10 de novembro de 2010.

⁵³ **BOOSCO DELEITOSO**. *Op. Cit.*, p. 339.

⁵⁴ Cf., a propósito, CUNHA, Celso Ferreira da. **Significância e movência na poesia trovadoresca**. Questões de crítica textual. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1985.

⁵⁵ LOPES, Fernão. **Crónica del Rei dom João I da boa memória** – parte primeira. Reprodução facsimilada da edição do Arquivo Histórico Português preparada por Anselmo Braamcamp Freire, 1915. Prefácio de Luís Felipe Lindley Cintra. Lisboa: IN-CM, 1977. p. 373; modernizamos a grafia.

deleitoso, o “Alto Cume” da beatitude, pouco tempo depois de sua morte (viveu de 1360 a 1431), pelos milagres que teriam sido documentados junto ao seu túmulo a Igreja deu início ao processo de canonização (1437), recentemente concluído.